

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS
PAC - 2022



CER EJ

A energia do cooperativismo

Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos
de Distribuição de Energia Elétrica
Senador Esteves Júnior

1 – Informações Societárias

- 1.1 – Relatório da Administração Societário;
- 1.2 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias;
- 1.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias.

2 – Informações Regulatórias

- 2.1 – Relatório da Administração Regulatório;
- 2.2 – Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Notas Conciliatórias Regulatórias;
- 2.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

1 – INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SOCIETÁRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades realizadas no exercício 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societária elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais são considerados de suma importância para divulgar o desempenho da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ para a sociedade, parceiros e consumidores.

Mensagem do Presidente

Vencer desafios, é assim que a CEREJ se caracterizou no ano que finda.

Convidados ao embate com a modernidade, o quadro funcional da cooperativa soube se adaptar e formar novas possibilidades de interagir com o dever, cada vez mais desafiador de levar a cabo o destino grandioso do cooperativismo, mormente a distribuição de energia elétrica, logo, de vida para todos os nossos associados.

No encerramento de mais um exercício, destacado pela tenacidade da equipe CEREJ, que se atualiza e segue sua jornada, almejando a excelência, representando o empenho e compromisso com nosso bem maior que são as pessoas.

Seguimos rumo ao futuro com a mensagem sempre positiva, de que cooperando com nossos consumidores, associados e comunidade, poderemos nos tornar pessoas capazes de escrever nossas histórias de forma vencedora.

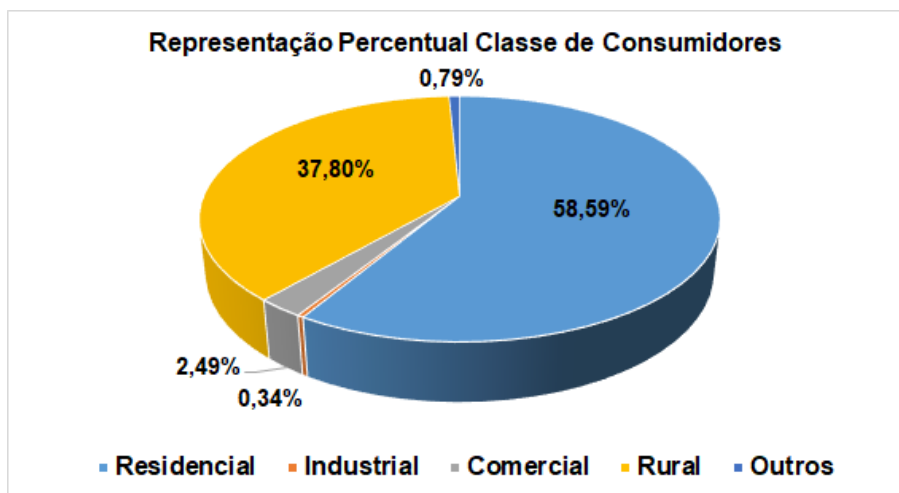
Distribuição

A CEREJ está autorizada para atuar em 15 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, abrangendo como área de concessão 1.680,60 km², e vem prestando seus serviços às comunidades atendidas há mais de 50 anos

Para o bom desempenho, qualidade e agilidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Biguaçu e ainda com 05 bases distribuídas nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento.

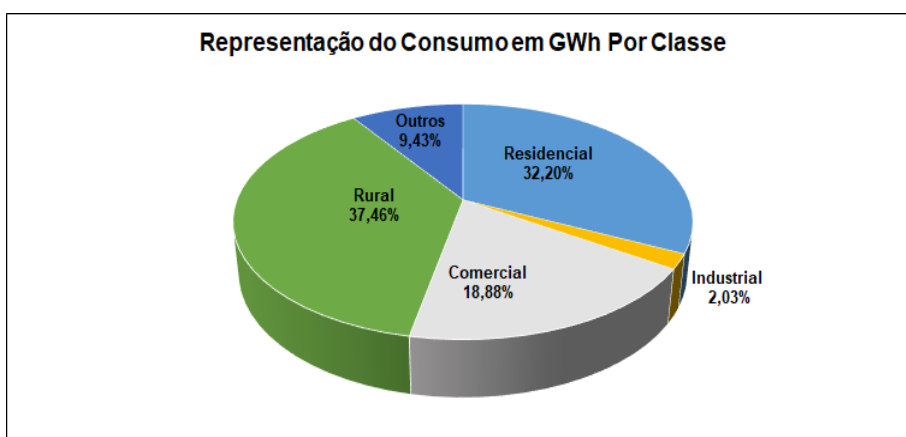
Número de Consumidores Atendidos

Classe	Quantidade		Variação	
	2022	2021	Quantidade	Percentual
Residencial	8.910	8.498	412	4,85%
Industrial	51	59	-8	-13,56%
Comercial	378	404	-26	-6,44%
Rural	5.748	5.950	-202	-3,39%
Outros	120	119	1	0,84%
Total	15.207	15.030	177	1,18%



Mercado Atendido

Classe	2022		2021		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Residencial	32,20%	17,506	30,78%	15,768	11,03%
Industrial	2,03%	1,104	2,50%	1,280	-13,74%
Comercial	18,88%	10,264	19,92%	10,205	0,58%
Rural	37,46%	20,364	38,80%	19,872	2,48%
Outros	9,43%	5,127	8,00%	4,095	25,21%
Total	100,00%	54,366	100,00%	51,219	6,14%

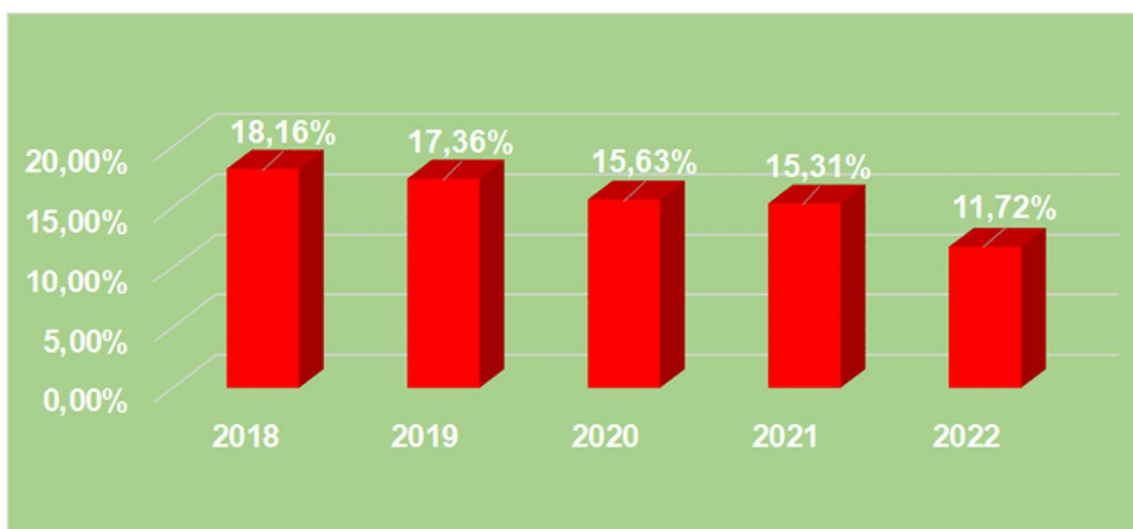


Balço Energético – Em GWh

Descrição	2022		2021		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
[+] Energia Elétrica Adquirida CELESC	98,55%	59,62	98,33%	58,41	2,07%
[+] Energia Elétrica Adquirida PROINFA	1,45%	0,88	1,67%	0,99	-11,11%
[=] Total de Energia Elétrica Adquirida	100,00%	60,50	100,00%	59,40	1,85%
[-] Energia Elétrica Distribuída	88,28%	53,41	84,69%	50,31	6,17%
[=] Perdas na Distribuição	11,72%	7,09	15,31%	9,09	-22,02%

No ano de 2022 as Perdas na Distribuição de Energia apresentaram uma redução de -22,02% pontos percentuais se comparadas ao mesmo período de 2021.

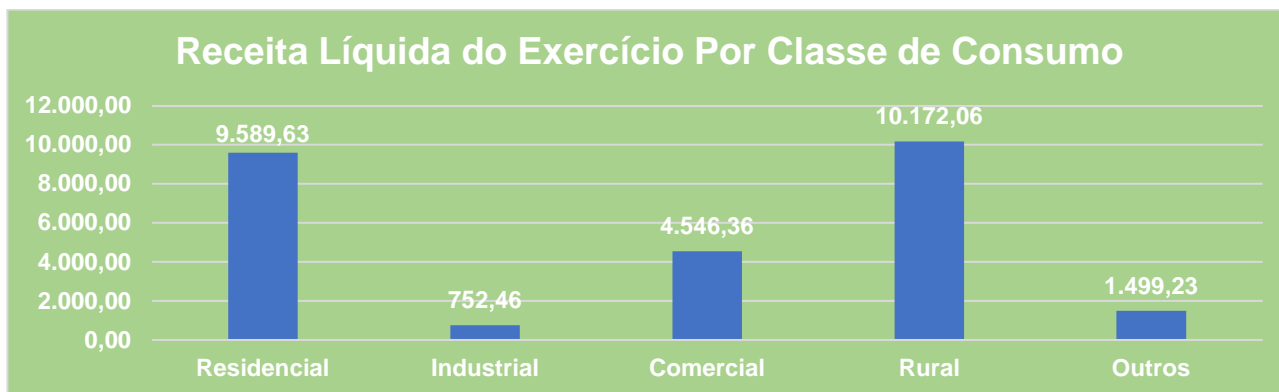
Perda na Distribuição de Energia dos Últimos 5 Anos



Receita

A receita decorrente do fornecimento de Energia Elétrica no Exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 30,4 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	2022		2021		Variação
	%	R\$	%	R\$	
Residencial	36,39%	11.090,11	36,11%	9.589,63	15,65%
Industrial	2,30%	700,24	2,83%	752,46	-6,94%
Comercial	16,59%	5.055,91	17,12%	4.546,36	11,21%
Rural	38,32%	11.677,36	38,30%	10.172,06	14,80%
Outros	6,41%	1.952,69	5,64%	1.499,23	30,25%
Total	100,00%	30.476,31	100,00%	26.559,73	14,75%



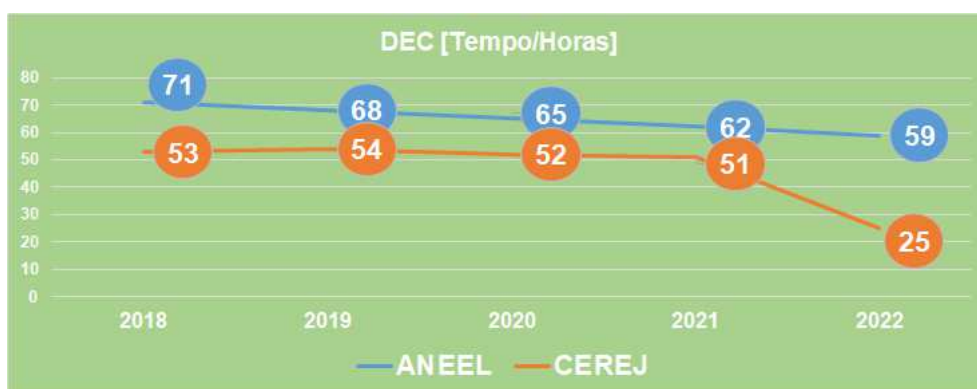
Tarifas

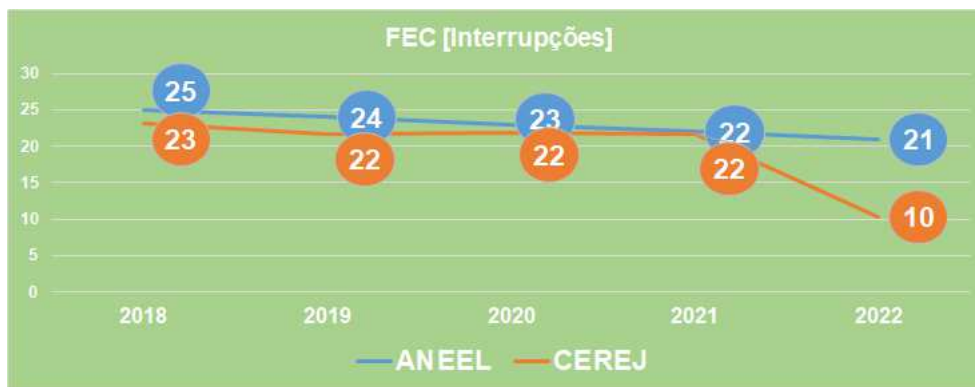
A tarifa média de fornecimento de energia Elétrica em 2022 atingiu o valor de R\$ 561,11, um aumento de 11,91% em relação ao ano de 2021.

Classe	2022	2021	Variação
Residencial	628,70	608,18	3,37%
Industrial	628,70	588,00	6,92%
Comercial	628,70	445,51	41,12%
Rural	553,26	511,88	8,08%
Outros	366,20	366,09	0,03%
Tarifa Média	561,11	503,93	11,91%

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores esta apresentada nos gráficos abaixo:





Atendimento ao Consumidor

A CER EJ não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

A administração da CER EJ se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CER EJ mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cerej.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

Desempenho Econômico-financeiro

Evolução do Desempenho			Valores em R\$ mil
Resultado Líquido 2022	Resultado Líquido 2021	Variação	
R\$ 4.613	R\$ 6.870	-32,85%	
Receita Operacional Líquida 2022	Receita Operacional Líquida 2021	Variação	
R\$ 45.518	R\$ 38.346	18,70%	
Custos Gerenciáveis 2022	Custos Gerenciáveis 2021	Variação	
R\$ 29.952	R\$ 26.038	15,03%	
Patrimônio Líquido 2022	Patrimônio Líquido 2021	Variação	
R\$ 50.145	R\$ 45.774	9,55%	

Em 2022, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 8.221, menor -24,08% referente ao ano de 2021, redução provocada principalmente pela queda do resultado operacional, conforme demonstração abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2022	2021	Variação
Resultado Operacional	5.091	7.273	-30,00%
[+/-] Resultado Financeiro	1.083	1.710	-36,67%
[+] Depreciação e Amortização	2.047	1.846	10,89%
EBITDA	8.221	10.829	-24,08%

Investimentos

Em 2022, os investimentos da CER EJ foram de vital importância para a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e respostas rápidas as ocorrências nas redes elétricas e atingiram R\$ 8,437 (R\$/mil).

Composição do Sistema de Distribuição

#	Município	Rede Primária (Km)			Rede Secundária (Km)		
		Monofásico	Bifásico	Trifásico	Monofásico	Bifásico	Trifásico
1	Águas Mornas	106,264	0,000	59,231	36,685	24,318	23,883
2	Angelina	138,331	0,000	78,756	54,354	18,633	23,511
3	Antônio Carlos	72,100	0,000	51,452	26,053	7,625	47,522
4	Biguaçu	57,005	0,000	90,053	68,151	16,506	58,273
5	Canelinha	7,491	0,000	2,417	5,694	3,100	1,849
6	Governador Celso Ramos	0,203	0,000	7,605	0,916	0,544	4,859
7	Leoberto Leal	138,235	0,000	62,184	42,639	19,700	28,449
8	Major Gercino	52,314	0,000	65,748	33,408	8,988	15,675
9	Nova Trento	120,237	0,000	50,550	43,349	17,609	7,463
10	Palhoça	7,210	0,000	11,777	5,735	3,235	6,146
11	Rancho Queimado	63,995	3,957	67,370	19,194	14,156	45,088
12	Santo Amaro da Imperatriz	8,134	0,000	0,899	3,949	4,272	0,115
13	São José	3,542	0,000	0,000	1,734	0,768	0,000
14	São Pedro de Alcântara	62,830	0,000	51,942	35,310	17,735	19,417
15	Tijucas	32,971	0,000	23,715	16,582	8,446	13,536
Total		870,863	3,957	623,701	393,754	165,635	295,788
Total Por Tipo de Rede		1.498,521			855,177		
Total Geral		2.353,698					

Captação de Recursos

Os investimentos de 2022 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valos Adicionado

Em 2022, o valor adicionado gerado como riqueza pela CEREJ foi de R\$ 25.714 (R\$/mil), representando 40,91% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor	Participação
Pessoal	8.644	33,62%
Governo	11.670	45,38%
Financiadores	787	3,06%
Associados	4.613	17,94%
Total	25.714	100,00%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 estavam representadas por 840 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Evolução do Número de Associados

Item	Ano					Comparativo 2022 x 2018
	2018	2019	2020	2021	2022	
Total de Associados	13.980	15.050	15.537	16.331	17.127	3.147
Evolução Anual	513	1.070	487	794	796	
Representação %	3,81%	7,65%	3,24%	5,11%	4,87%	22,51%



Número de Associados Por Município

Município	Quantidade de Associados		Evolução	Variação %
	2022	2021		
Biguaçu	3.626	3.512	114	3,25%
Águas Mornas	2.169	2.089	80	3,83%
Antônio Carlos	1.411	1.357	54	3,98%
Angelina	1.307	1.270	37	2,91%
Leoberto Leal	1.174	1.121	53	4,73%
Nova Trento	1.129	1.079	50	4,63%
São Pedro de Alcântara	1.118	1.051	67	6,37%
Rancho Queimado	1.105	1.017	88	8,65%
Major Gercino	1.080	1.038	42	4,05%
Tijucas	962	822	140	17,03%
Palhoça	929	907	22	2,43%
Governador Celso Ramos	616	596	20	3,36%
Santo Amaro da Imperatriz	284	269	15	5,58%
Canelinha	168	158	10	6,33%
São José	49	45	4	8,89%
Total	17.127	16.331	796	4,87%

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 17.127 associados em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 eram 16.427 associados.

Relação com o Mercado

A CEREJ busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CEREJ é atuar de forma cooperativa no mercado de energia, serviços, segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CER EJ pretende ser referência entre as cooperativas do ramo, reconhecida pela qualidade dos serviços e desempenho alcançado. A CER EJ busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade junto àquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida;

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a CER EJ vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2022 as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios da Cooperativa.

Recursos Humanos: Em 2022 a CER EJ investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus funcionários. Colaborou financeiramente no ensino superior através de recursos do SESCOOP.

Proporcionou ainda para todos os seus colaboradores: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a CER EJ vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programadas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

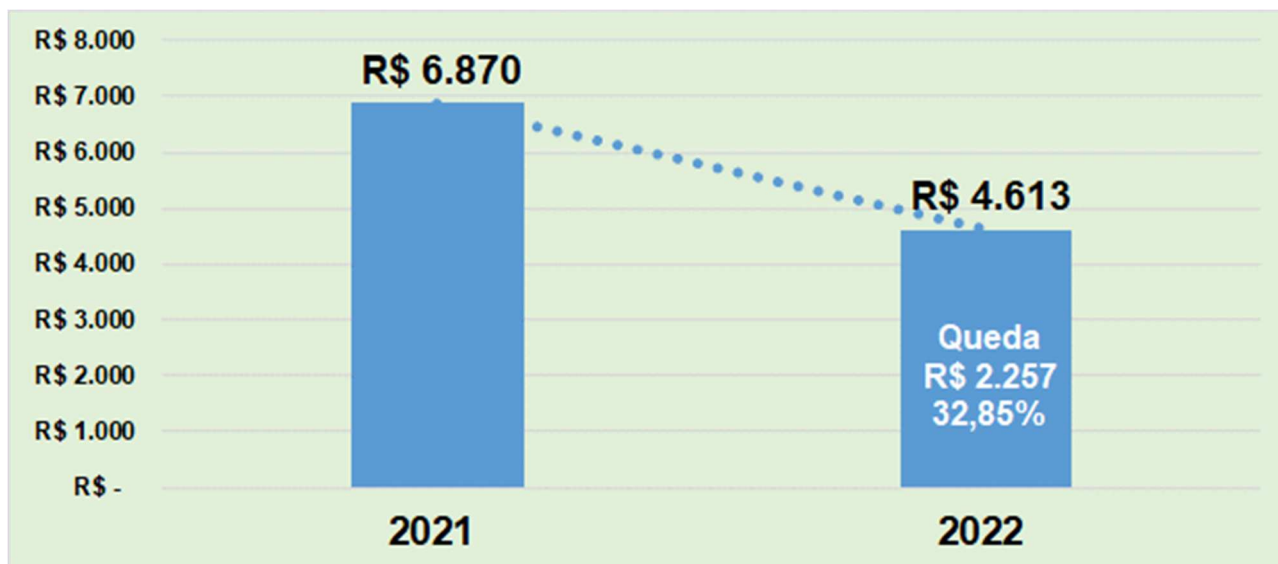
CER EJ em Números

Atendimento	2022	2021	Variação
Número de Consumidores	15.207	15.030	1,18%
Número de Empregados	113	114	-0,88%
Número de Consumidores por Funcionário	135	132	2,07%
Número de Diretores	16	16	0,00%
Número de Municípios Atendidos	15	15	0,00%
Número de Postos de Atendimento	5	5	0,00%

Mercado	2022	2021	Variação
Área de Concessão [Km ²]	1.680,6	1.680,6	0,00%
Geração Própria [GWh]	-	-	0,00%
Tarifa Média Fornecimento [R\$ por MWh]	561,11	503,93	8,27%

Lucro (Sobra) Líquido Últimos 2 Anos – em R\$ mil

Exercício	Valor	Percentual
2021	R\$ 6.870	14,67%
2022	R\$ 4.613	8,51%



Agradecimentos

Com resultados obtidos, a administração da CEREJ agradece a todos, principalmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da nossa existência, da nossa manutenção a frente dos negócios da cooperativa e que ajudam a fazer dela um motivo de orgulho para todos os municípios atendidos.

Agradecemos também as entidades de classe das quais a CEREJ participa: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever.

Agradecemos ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões importantes para a cooperativa e comunidade.

E finalmente agradecemos as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmoniosos e esclarecedores contatos.

Biguaçu/SC, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

1.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS **2022**

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2022	2021
<u>Circulante</u>		14.325	14.810
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	3.515	3.554
Consumidores	7	5.798	6.973
Impostos e Contribuições Sociais	8	1.070	988
Estoques	9	311	302
Ativos Regulatórios	10	1.739	1.189
Despesas Pagas Antecipadamente	11	16	7
Outros Créditos	12	1.876	1.797
<u>Não Circulante</u>		48.981	43.917
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		15.971	12.950
Ativo Indenizável (Permissão)	13	15.967	12.946
Depósitos Judiciais e Cauções	14	4	4
Investimentos	15	8	6
Intangível	16	33.002	30.961
TOTAL DO ATIVO		63.306	58.727
PASSIVO	NE	2022	2021
<u>Circulante</u>		9.793	10.772
Fornecedores	17	2.530	3.227
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	102	43
Impostos e Contribuições Sociais	19	327	940
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	20	2.072	1.460
Encargos do Consumidor a Recolher	21	11	311
Passivos Regulatórios	10	1.593	1.648
Outras Contas a Pagar	22	3.158	3.143
<u>Não Circulante</u>		3.368	2.182
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	151	87
Impostos e Contribuições Sociais	19	1.108	853
Provisão para Litígios	23	2.109	1.242
<u>Patrimônio Líquido</u>	24	50.145	45.773
Capital Social		864	840
Reserva de Capital		4	4
Reservas de Sobras		43.813	39.738
Reservas de Lucros		2.521	2.027
Sobras ou Perdas Acumuladas		2.943	3.164
TOTAL DO PASSIVO		63.306	58.727

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2022	2021
<u>Ingresso e Receita Operacional</u>	25	63.407	57.157
Fornecimento de Energia Elétrica		11.846	8.543
Ingresso e Receita Disponibilidade da Rede Elétrica		24.823	26.427
Ingresso e Receita de Construção		7.835	7.717
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		18.903	14.470
<u>(-) Deduções do Ingresso e Receita Operacional</u>	26	9.170	10.344
Tributos Sobre Ingresso e Receita		6.088	7.505
Encargos Setoriais		3.082	2.839
<u>(=) Ingresso e Receita Operacional Líquida</u>	27	54.237	46.813
<u>(-) Dispêndio e Custo do Serviço de Energia Elétrica</u>	28	42.326	35.879
Energia Elétrica Comprada para Revenda		14.627	10.147
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfra		534	381
Encargo de Uso de Rede Elétrica		4.673	4.142
Pessoal		7.807	6.969
Material		1.635	1.320
Serviços de Terceiros		2.805	2.264
Depreciação e Amortização		1.967	1.789
Dispêndio e Custo de Construção		7.430	7.717
Outros Dispêndios e Custos		848	1.150
<u>(=) Resultado Operacional Bruto</u>		11.911	10.934
<u>(-) Dispêndios e Despesas Operacionais</u>		7.903	5.371
Dispêndios e Despesas com Vendas	28	104	471
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas	28	7.356	4.358
Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Líquidas	28	443	542
<u>(=) Resultado do Serviço</u>		4.008	5.563
<u>(+) Resultado Financeiro</u>	29	- 1.083	- 1.710
Ingressos e Receitas Financeiras	-	1.870	2.355
Dispêndios e Despesas Financeiras		787	645
<u>(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL</u>		5.091	7.273
(-) IRPJ	30	345	290
(-) CSLL	30	133	113
<u>(=) Resultado Líquido do Exercício</u>		4.613	6.870

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Apl. e Melhorias		
Saldo em 31/12/2020	819	4	4.728	4.082	1.873	30.557	1.194	43.257
Aumento de Capital:								
- Por Integralização de Quotas	21	-	-	-	-	-	-	21
Destinação do Resultado - AGO								
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	795	795	-
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	200	200
Realização de Reservas								
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	316	1.155	1.471	-
- Por Disposição Legal	-	-	4.175	-	-	-	-	4.175
Transferências	-	-	848	85	42	721	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	6.870	6.870
Destinações Estatutárias	-	-	626	597	570	3.583	5.376	-
Saldo em 31/12/2021	840	4	2.027	4.594	2.085	33.059	3.164	45.773
Aumento de Capital:								
- Por Integralização de Quotas	24	-	-	-	-	-	-	24
Destinação do Resultado - AGO								
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	2.899	2.899	-
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	265	265
Realização de Reservas								
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	623	1.392	2.015	-
- Por Disposição Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.613	4.613
Destinações Estatutárias	-	-	494	371	591	2.229	3.685	-
Saldo em 31/12/2022	864	4	2.521	4.965	2.053	36.795	2.943	50.145

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades Operacionais		
<u>Sobra Líquida do Exercício</u>	4.613	6.870
<u>Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:</u>		
Depreciação e Amortização	3.658	1.814
Baixas do Intangível em Serviço	2.223	1.895
Provisões no Passivo Não Circulante	568	816
	867	-
	-	897
<u>Variações no Ativo</u>	2.575	6.202
Consumidores	1.174	-
Impostos e Contribuições Sociais	-	83
Estoque	-	8
Ativos Regulatórios	-	549
Despesas Pagas Antecipadamente	-	9
Outros Créditos	-	79
Outros Realizáveis	-	3.021
<u>Variações no Passivo</u>	784	1.893
Fornecedores	-	697
Impostos e Contribuições Sociais	-	358
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	-	612
Passivos Regulatórios	-	55
Encargos do Consumidor a Recolher	-	300
Outras Contas a Pagar	-	14
Total das Atividades Operacionais	4.912	16.779
Atividades de Investimento		
Participações Societárias – Outras Cooperativas	-	2
Aplicações no Intangível - Obras de Distribuição	-	4.408
Aplicações no Intangível - Instalações Gerais	-	424
Total das Atividades de Investimento	4.834	10.924
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	124	94
Aumentos de Capital	24	21
Efeito Líquido do Valor Justo - Extensão do Prazo da Permissão	-	-
Distribuição de Sobras	-	265
Total das Atividades de Financiamento	117	4.259
Total dos Efeitos no Caixa	39	1.596
Saldo Inicial de Caixa	3.554	1.958
Saldo Final de Caixa	3.515	3.554
Varição no Caixa	39	1.596

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<u>Ingressos e Receitas</u>	62.862	60.127
Venda de Energia	36.668	38.739
Ingresso e Receita de Construção	7.835	7.717
Prestação de Serviços	6	6
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	471
Outros Resultados Operacionais	18.457	14.136
<u>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</u>	36.971	29.376
<u>Insumos Consumidos</u>	36.971	29.376
Energia Comprada para Revenda	15.161	10.528
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.674	4.142
Outros Insumos Adquiridos	3.323	1.785
Material e Serviços de Terceiros	5.978	5.204
Dispêndio e Custo da Construção	7.835	7.717
<u>(=) Valor Adicionado Bruto</u>	25.891	30.751
<u>(-) Depreciações e Amortizações</u>	-	-
<u>(=) Valor Adicionado Líquido</u>	23.844	28.904
<u>(+) Valor Adicionado Transferido</u>	1.870	2.355
Ingressos e Receitas Financeiras	1.870	2.355
<u>(=) Valor Adicionado a Distribuir</u>	25.714	31.259
<u>Distribuição do Valor Adicionado:</u>	25.714	31.259
<u>Pessoal</u>	8.644	7.435
Remunerações	6.740	5.436
Encargos Sociais - FGTS	649	629
Auxílio Alimentação	878	954
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	377	416
<u>Governo</u>	11.670	16.309
Federal	5.625	8.909
Estadual	6.038	7.396
Municipal	7	4
<u>Financiadores</u>	787	645
Outros Encargos Financeiros	787	645
<u>Cooperados</u>	4.613	6.870
Sobras Retidas	4.613	6.870
Valor Adicionado (médio) por Empregado	232	274

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CEREJ está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2022, a CEREJ realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 8 de fevereiro de 2023.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.676 de 18 de novembro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 30 de dezembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. Em 15 de abril de 2021 a CEREJ celebrou o quarto aditivo ao contrato de permissão no qual o seu prazo de vigência passou de vinte, originalmente contratado, para trinta anos, encerrando-se em 21 de outubro de 2038. A alteração do prazo da permissão foi resultado do ofício enviada a ANEEL em 13 de fevereiro de 2017 no qual solicitava a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão alterando o prazo de vigência da permissão de 20 anos para 30 anos nos termos do parágrafo 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074/1995.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Águas Mornas, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas passem por processos de reajuste e revisão anualmente.

Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia elétrica, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Composição da Receita Requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável (2.4.6)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.1)	
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.2)	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.3)	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.7)
	Pessoal
	Material
	Serviços de Terceiros
	Despesas Gerais e Outras
Encargos de Transmissão (2.4.4)	Despesas de Capital
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.5)	Cotas de Depreciação (2.4.8)
	Remuneração do Capital (2.4.9)

2.4.1. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.2. Taxa de Fiscalização (TFSEE): Encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): Encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.4. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.5. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.6. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considerada irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.7. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.8. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.9. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias – O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8.401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias devam considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

No exercício de 2022 a CEREJ aplicou bandeira vermelha nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, para seus consumidores.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Estão igualmente de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas Conselho Federal de Contabilidade – CFC, citadas pelas siglas NBC; ITG e; CTG. Observam ainda os preceitos da Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira – A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa – Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber – Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques – Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios – em conformidade com o Comunicado Técnico – CTG 08, estão presentes os requisitos básicos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos ou passivos financeiros com característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

A Cooperativa reconheceu os efeitos temporários representados pelos componentes financeiros da tarifa, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativo Financeiro e Passivo Financeiro em contrapartida de Receita com Demais Ativos e Passivos Financeiros.

4.6. Não Circulante – Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Financeiro Indenizável (Permissão) – Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida pelo outorgante para ser utilizada pela outorgado como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível e a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment – A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados – Os pagamentos de benefícios como salários, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo – Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável.

4.12. Provisão para Litígios – Os Passivos contingentes são provisionados sempre que a perda for

avaliada como provável, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os

montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Ingressos e Receitas, Dispêndios e Despesas – A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Ingresso e Receita Não Faturada – Corresponde ao ingresso/receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e ao ingresso/receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2. Ingresso e Receita de Construção – A cooperativa contabiliza ingressos/receitas e dispêndios/custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de contribuição adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) todo ingresso/receita de construção está relacionado com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como dispêndio/custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado – A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os créditos decorrentes de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social sobre prejuízos fiscais podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados são escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a ITG 2004 – Entidades Cooperativas, conforme apresentamos na nota 30.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos – A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber de Clientes: apresentados na nota 7;

Ativos e Passivos Regulatórios: apresentados na nota 10;

Outros Ativos Circulantes: apresentados na nota 12;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 13;

Fornecedores: apresentados na nota 17;

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: apresentado na nota 18.

5.2. Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2022		2021	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo	28.433	28.433	26.146	26.146
Caixa e equivalentes de caixa	3.515	3.515	3.554	3.554
Contas a receber	5.798	5.798	6.973	6.973
Ativo Indenizável (Permissão)	15.967	15.967	12.946	12.946
Outros	3.153	3.153	2.673	2.673
Ativos Regulatórios	1.739	1.739	1.189	1.189
Subvenção e Subsídio Tarifários	1.414	1.414	1.484	1.484
Passivo	4.376	4.376	5.005	5.005
Fornecedores	2.530	2.530	3.227	3.227
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	253	253	130	130
Passivos Regulatórios	1.593	1.593	1.648	1.648

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	15.967	12.466	-	28.433
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.515	-	3.515
Contas a receber	-	5.798	-	5.798
Ativo Indenizável (Permissão)	15.967	-	-	15.967
Outros	-	3.153	-	3.153
Passivo	-	-	1.593	1.593
Fornecedores	-	-	2.530	2.530
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	253	253
Passivos Regulatórios	-	-	1.593	1.593

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: Advém da possibilidade de a cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: Advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Remuneração	2022	2021
Caixa e Bancos			565	774
Aplicações no Mercado Aberto				
Bradesco Aplicação	Invest Fácil CDB	5,00%	25	166
BB Aplicação	BB Renda Fixa	12,37%	214	726
CRESOL Aplicação	RCD - Aplica Facil	9,90%	1.201	847
SICREDI Aplicação	Sicredi Invest	12,52%	733	652
CEF Aplicação Giro	CEF Fic Giro	10,94%	14	387
CEF Giro RATES	Fic Giro MPE DI	10,94%	54	2
SICREDI Poupança	Poupança	7,90%	2	-
BB Aplicação CDB	Apl CDB	92% CDI	707	-
			2.950	2.780
			3.515	3.554

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias e as taxas de remuneração informadas referem-se a períodos anuais.

7. Consumidores – Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência, líquido da provisão para perdas prováveis no recebimento dos créditos. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos	Vencidos		PCLD (-)	Total	
	Vincendos	até 90 dias	mais 90 dias		2022	2021
Consumidores						
Residencial	1.000	314	215	- 224	1.305	1.351
Industrial	74	30	27	- 24	107	130
Comercial	384	175	40	- 41	558	771
Rural	1.214	257	125	- 81	1.515	1.638
Poder Público	11	2	4	- 5	12	28
Iluminação Pública	295	23	1.053	- 1.061	310	427
Serviços Públicos	3	-	-	-	3	5
Renda Não Faturada	1.250	-	-	-	1.250	1.508
Parcelamento Energia	714	-	-	- 66	648	935
Serviços Taxados/Outros	63	24	30	- 27	90	180
	5.008	825	1.494	- 1.529	5.798	6.973

Os valores a receber de não associados contidos na tabela acima era de R\$ 172 mil no encerramento do exercício de 2022.

8. Impostos e Contribuições Sociais

	2022	2021
Ativo Circulante		
IRPJ a Recuperar	567	291
CSLL a Recuperar	252	164
IRRF s/Aplicações Financeiras	65	46
COFINS a Recuperar	2	2
ICMS a Recuperar	183	484
Outros Tributos a Compensar	1	1
	1.070	988

8.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a infraestrutura de prestação do serviço da cooperativa (Ativo Permanente - CIAP), instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

9. Estoque

	2022	2021
Materiais por Categoria		
Condutores	23	30
Ferramentas	47	48
Estruturas	14	5
Medidores	-	3
Chaves	61	48
Parafusos e Ferragens	11	11
Iluminação Pública	9	19
Equipamentos de Segurança	125	110
Materiais Diversos	21	28
	311	302

10. Ativos e Passivos Regulatórios – Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos/dispêndios não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos/dispêndios integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que o ingresso/receita correspondente é faturado aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

	2022	2021
Ativos Regulatórios		
Programas Sociais e Governamentais - Bônus Redução Consumo	-	362
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	3	1
PROINFA - Neutralidade	-	5
CDE - Neutralidade	-	33
IF - CUSD Energia	872	766
Outros CF Tarifa	405	-
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Amortização</u>		
IF - Ajuste Reajuste/Revisão	459	22
	1.739	1.189
Passivos Regulatórios		
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	-
CDE - Neutralidade	192	7
PROINFA - Neutralidade	54	1
Retenção Bandeiras Tarifárias	-	904
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	1	4
CDE - Neutralidade	26	123
PROINFA - Neutralidade	4	17
Compensação DIC/FIC	292	370
Retenção Bandeiras Tarifárias	1.024	222
	1.593	1.648

11. Despesas Pagas Antecipadamente – Dispêndios/Despesas Antecipadas

As despesas/dispêndios antecipadas referem-se aos gastos com prêmios de seguro pagos antecipadamente, tendo como cobertura a frota de veículos.

12. Outros Créditos

	2022	2021
Empregados	125	15
Adiantamento a Fornecedores	21	10
Serviços Prestados p/ Terceiros	6	4
Serviços em Curso	236	186
Subvenção CDE	1.414	1.484
Outros	74	98
	1.876	1.797

13. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 28/2008, de 30 de dezembro de 2008, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica

da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão. Esta parte a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro Indenizável	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		20.841
Transferência para Ativo Financeiro	-	2.505
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	-	5.390
Saldo em 31 de dezembro de 2021		12.946
Transferência para Ativo Financeiro		2.273
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro		748
Saldo em 31 de dezembro de 2022		15.967

	2022	2021
Ativo Intangível		
Ativo Intangível - Permissão	33.001	30.960
Outros intangíveis	1	1
Soma do Intangível	33.002	30.961
Ativo Financeiro Indenizável		
Custo do Financeiro Indenizável	13.583	11.310
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	2.384	1.636
Soma do Financeiro	15.967	12.946

14. Depósitos Judiciais e Cauções

	2022	2021
Depósito Judicial - Natureza Civil		
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	4	4
	4	4

15. Investimentos – Participações Societárias Permanentes

	Participação	Valor	
		2022	2021
Participações Societárias			
Integralização de Cota Cooperativa	0%	8	6
		8	6

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.128	- 9.975	45.153	- 20.841	- 1.564	22.748
Direito de uso da permissão	57.817	- 11.205	46.612	- 12.946	- 2.706	30.960
Outros intangíveis	43	- 42	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.860	- 11.247	46.613	- 12.946	- 2.706	30.961
Direito de uso da permissão	65.257	- 12.679	52.578	- 15.967	- 3.610	33.001
Outros intangíveis	43	- 42	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65.300	- 12.721	52.579	- 15.967	- 3.610	33.002

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CEREJ, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

A amortização das obrigações especiais é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

17. Fornecedores

	2022	2021
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	1.462	1.483
	1.462	1.483
Materiais e Serviços		
Materiais e Serviços	1.068	1.744
	1.068	1.744
	2.530	3.227

18. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os saldos das obrigações referem-se à modalidade de Financiamento Bancários, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de aquisição de veículos. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Possui ainda obrigações na modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica com recursos provenientes do RGR.

Saldos das obrigações:

	Taxa	Vigência	2022	2021
Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	102	37
Recursos Provenientes do RGR	5,00% a.a.	-	-	6
			102	43
Não Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	151	87
			151	87

19. Impostos e Contribuições Sociais

	2022	2021
Passivo Circulante		
Imposto de Renda	158	75
Contribuição Social	65	29
PIS	9	8
COFINS	5	8
ICMS	-	653
ISS	12	9
INSS	6	25
FGTS	61	47
Impostos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	5	3
Parcelamento de Tributos - Federais	-	62
Outras Obrigações Tributárias	6	21
	327	940
Passivo Não Circulante		
Parcelamento de Tributos - Federais	297	297
IRPJ Diferido - Sobre Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	596	409
CSLL - Diferido - Sobre Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	215	147
	1.108	853

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 30.

20. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

	2022	2021
Folha de Pagamento Líquida	631	384
Provisões Trabalhistas		
Férias	1.179	934
Tributos Retidos na Fonte	258	141
Consiglações em Favor de Terceiros	2	-
Outros	2	1
	1.441	1.076
	2.072	1.460

21. Encargos do Consumidor a Recolher

	2022	2021
Pesquisa e Desenvolvimento - PeD	-	7
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	47
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	248
Taxa de Fiscalização - TFSEE	9	9
	11	311

22. Outras Contas a Pagar

	2022	2021
Consumidores	679	704
Convênios de Arrecadação	2.479	2.439
	3.158	3.143

23. Provisão para Litígios

Saldo da Provisão:

	2022		Depósito Judicial	2021		Depósito Judicial	
	Valor da Provisão			Valor da Provisão			
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada		
Processos de Ressarcimento	-	1.242	Sem dep.	-	898	1.242	Sem dep.
ICMS s/ TUSD	867	867	Sem dep.	-	-	-	Sem dep.
	867	2.109		-	898	1.242	

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social estava representado por 840 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 17.127 associados em 31 de dezembro de 2022, no ano de 2021 eram 16.427 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas de Sobras

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a

destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Reservas de Lucros – Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

24.4. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2022	2021
Resultado do Exercício	4.613	6.870
Sobras de Exercícios Anteriores Não Transferidas	-	199
Destinações		
RATES	- 591	- 570
Reserva Legal	- 371	- 597
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	- 2.229	- 3.583
Reserva de Resultados a Realizar	- 494	- 626
	- 3.685	- 5.376
Realização de Reservas		
RATES	623	316
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.392	1.155
	2.015	1.471
Sobras a Disposição da AGO	2.943	3.164

25. Ingresso/Receita Operacional

	2022	2021
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	4.254	2.909
Industrial	280	252
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.078	1.594
Rural	4.547	3.164
Poder Público	69	47
Iluminação Pública	702	483
Serviço Público	10	9
Renda Não Faturada	-	85
	11.846	8.543
b) Ingresso e Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	8.903	9.025
Industrial	586	782
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.348	4.943
Rural	9.515	9.814
Poder Público	145	146
Iluminação Pública	1.469	1.497
Serviço Público	21	29
Renda Não Faturada	-	191
	24.823	26.427
c) Ingresso e Receita de Construção	7.835	7.717
d) Outros Ingressos e Receitas Operacionais		
Doações, Contribuições e Subvenções	18.013	13.714
Rendas de Prestação de Serviços	6	6
Outras Receitas	884	750
	18.903	14.470
	63.407	57.157

Em 2021 os valores de bandeiras tarifárias foram incorretamente classificados com encargos e, para fins de comparabilidade, no exercício de 2022, foram reclassificados e estão sendo apresentados na receita (nota 26).

26. Deduções da Receita/Ingressos

	2022	2021
Tributos Sobre Ingresso e Receita		
COFINS	83	114
PIS	18	16
ICMS	5.987	7.375
	6.088	7.505
Encargos Setoriais		
CDE	2.973	2.741
TFSEE - Taxa de Fiscalização	109	98
	3.082	2.839
	9.170	10.344

Em 2021 os valores de bandeiras tarifárias foram incorretamente classificados como encargos e, para fins de comparabilidade, no exercício de 2022, foram reclassificados e estão sendo apresentados na receita.

27. Ingresso e Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2022					
Fornecimento de Energia Elétrica	11.846	- 33	- 1.934	- 996	8.883
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	24.823	- 68	- 4.053	- 2.086	18.616
Receita de Construção	7.835	-	-	-	7.835
Outras Receitas Operacionais	18.903	-	-	-	18.903
	63.407	- 101	- 5.987	- 3.082	54.237
Em 2021					
Fornecimento de Energia Elétrica	8.543	- 41	- 2.344	- 694	5.464
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	26.427	- 89	- 5.031	- 2.145	19.162
Receita de Construção	7.717	-	-	-	7.717
Outras Receitas Operacionais	14.470	-	-	-	14.470
	57.157	- 130	- 7.375	- 2.839	46.813

Em 2021 os valores de bandeiras tarifárias foram incorretamente classificados com encargos e, para fins de comparabilidade, no exercício de 2022, foram reclassificados e estão sendo apresentados na receita (nota 26).

28. Dispêndios, Custos e Despesas e Despesas Operacionais

	Dispêndios e Custos de Bens e/ou Serviços	Dispêndios e Despesas com Vendas	Dispêndios e Despesas Gerais e Administ.	Outros Ing./Rec. (Disp./Disp.) Líquidas	Total
Em 2022 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	14.627	-	-	-	14.627
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfá	534	-	-	-	534
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.673	-	-	-	4.673
Pessoal e Administradores	7.807	-	3.129	-	10.936
Material	1.635	-	263	-	1.898
Serviços de Terceiros	2.805	-	1.275	-	4.080
Depreciação e Amortização	1.967	-	80	-	2.047
Dispêndio e Custo de Construção	7.430	-	405	-	7.835
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	848	104	2.204	443	3.599
	42.326	104	7.356	443	50.229
Em 2021 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	10.147	-	-	-	10.147
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfá	381	-	-	-	381
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.142	-	-	-	4.142
Pessoal e Administradores	6.969	-	2.723	-	9.692
Material	1.320	-	252	-	1.572
Serviços de Terceiros	2.264	-	1.368	-	3.632
Depreciação e Amortização	1.789	-	58	-	1.847
Dispêndio e Custo de Construção	7.717	-	-	-	7.717
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	1.150	471	43	542	2.120
	35.879	471	4.358	542	41.250

28.1. Dispêndio/Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 (R1) Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita/ingresso correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2022	2021
(-) Ingressos e Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	306	73
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	319	255
Outros Ingressos e Receitas Financeiras	1.245	2.027
	1.870	2.355
Dispêndios e Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	522	478
Outros Dispêndios e Despesas Financeiras	265	167
	787	645
	1.083	1.710

30. IRPJ e CSLL - Demonstração de Resultado para Efeito Tributário

Contas	Operações com		Soma	Resultados Diferidos	Total
	Associados	Terceiros			
Resultado Líquido do Exercício em 2021	5.973	271	6.244	626	6.870
Resultado Líquido do Exercício em 2022	3.714	405	4.119	494	4.613

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Segmentos e Atividades de Negócios

31.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

31.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

31.2. Áreas Geográficas – Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Biguaçu, São José, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, Palhoça, São de Pedro de Alcantara, Tijucas, Aguas Mornas e Antônio Calos, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Principais Clientes – As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2022 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.873 mil, representando 4,47% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas

estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido a igualdade de direito entre os associados nas deliberações sociais das sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e conselhos	-	65	512	-	27	257
	-	65	512	-	27	257

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos abrangendo a frota de veículos.

A cooperativa possui ainda seguro de vida com cobertura acidental no caso de morte e invalidez permanente para todos os funcionários.

34. Contingências

34.1. Ações nas quais a cooperativa figura como ré na esfera Cível

Atualmente a cooperativa figura como ré no âmbito cível em 48 Ações de Ressarcimento, decorrentes de suas atividades operacionais, próprias da entidade. O valor global é de R\$ 1.467 mil e o montante da maior ação é de R\$ 400 mil. Segundo assessoria jurídica a chance de perda é provável para 46 ações cujos valores em litígio somavam R\$ 847 mil, montante devidamente provisionado. Os valores em litígios nas demais ações, cujas perdas foram classificadas como possível, somam R\$ 620 mil.

34.2. Litígio na esfera Fiscal Tributário – ICMS Sobre TUSD

Com o advento da Medida Provisória nº 255, de 29 de junho de 2022, adotada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, versando sobre a redução da alíquota do ICMS sobre energia elétrica, entre outros temas tributários e, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, houve entendimento claro sobre a não incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. Mesmo diante da clareza de entendimento, a Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC enviou consulta à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando esclarecimento específico sobre o tema, obtendo resposta considerada afirmativa sobre a não incidência do tributo sobre a TUSD.

Diante das normas e entendimentos acima a cooperativa passou a não tributar a TUSD sobre o faturamento, aplicando o procedimento para as competências correspondentes ao período de setembro a dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 um dos representantes dos auditores fiscais do Grupo Setorial Energia Elétrica – GESENE manifestou-se diretamente ao superintendente da FECOERUSC nos seguintes termos:

Por ora, a SEF/SC não irá implementar a não incidências sobre os serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais fixada pela LC 194/2022, pois aguarda negociações que estão sendo conduzidas no STF, bem como, o desenlace da ADI 7195 que será julgada no mesmo tribunal.

Ante a manifestação da autoridade de fiscalização a cooperativa alterou novamente o procedimento tributário, retornando à tributação da TUSD pela incidência do ICMS.

Para os valores do tributo cujo período de faturamento não foi cobrado, a cooperativa estimou o montante de R\$ 867 mil, contabilizando como possível perda com litígio fiscal tributário, embora espera negociar o perdão da dívida junto a autoridade tributária.

35. Outras Informações

35.1. Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 64 mil.

35.2. Subvenção CDE – Baixa Densidade de Carga

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar a reduzida densidade de carga do mercado da CEREJ, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 3º, da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.489 mil reais.

35.3. Reajuste Tarifário

Para fins do reajuste tarifário de 2022 e em conformidade com a metodologia PRORET 8.4 a CEREJ solicitou os valores de Parcela B por meio de correspondência fundamentada enviada à ANEEL.

A receita requerida para o processo da CEREJ, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2021, resultou em R\$ 51.581 mil. Deste total, 43,34% corresponde a parcela A, no valor de R\$ 22.356 mil e à parcela B, correspondendo a 56,66%, o valor de R\$ 29.225 mil.

35.3.1. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da CEREJ, constantes da Resolução Homologatória nº 2.940 de 28 de setembro de 2021, ficaram, em média, reajustadas em 11,66%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2023, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.123 de 27 de setembro de 2022.

35.4. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

35.5. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

35.6. ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CEREJ elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL nº 396/2010, foram também elaborados as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de divulgação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Biguaçu - SC, 31 de dezembro de 2022.

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

Renann Luiz Kreusch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

1.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ

Biguaçu - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normais brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 17 de março de 2023.

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

2 – INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS

2.1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades realizadas no exercício 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais são considerados de suma importância para divulgar o desempenho da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ para a sociedade, parceiros e consumidores.

Mensagem do Presidente

Vencer desafios, é assim que a CEREJ se caracterizou no ano que finda.

Convidados ao embate com a modernidade, o quadro funcional da cooperativa soube se adaptar e formar novas possibilidades de interagir com o dever, cada vez mais desafiador de levar a cabo o destino grandioso do cooperativismo, mormente a distribuição de energia elétrica, logo, de vida para todos os nossos associados.

No encerramento de mais um exercício, destacado pela tenacidade da equipe CEREJ, que se atualiza e segue sua jornada, almejando a excelência, representando o empenho e compromisso com nosso bem maior que são as pessoas.

Seguimos rumo ao futuro com a mensagem sempre positiva, de que cooperando com nossos consumidores, associados e comunidade, poderemos nos tornar pessoas capazes de escrever nossas histórias de forma vencedora.

Distribuição

A CEREJ está autorizada para atuar em 15 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, abrangendo como área de concessão 1.680,60 km², e vem prestando seus serviços às comunidades atendidas há mais de 50 anos

Para o bom desempenho, qualidade e agilidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Biguaçu e ainda com 05 bases distribuídas nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento.

Número de Consumidores Atendidos

Classe	Quantidade		Variação	
	2022	2021	Quantidade	Percentual
Residencial	8.910	8.498	412	4,85%
Industrial	51	59	-8	-13,56%
Comercial	378	404	-26	-6,44%
Rural	5.748	5.950	-202	-3,39%
Outros	120	119	1	0,84%
Total	15.207	15.030	177	1,18%

Mercado Atendido

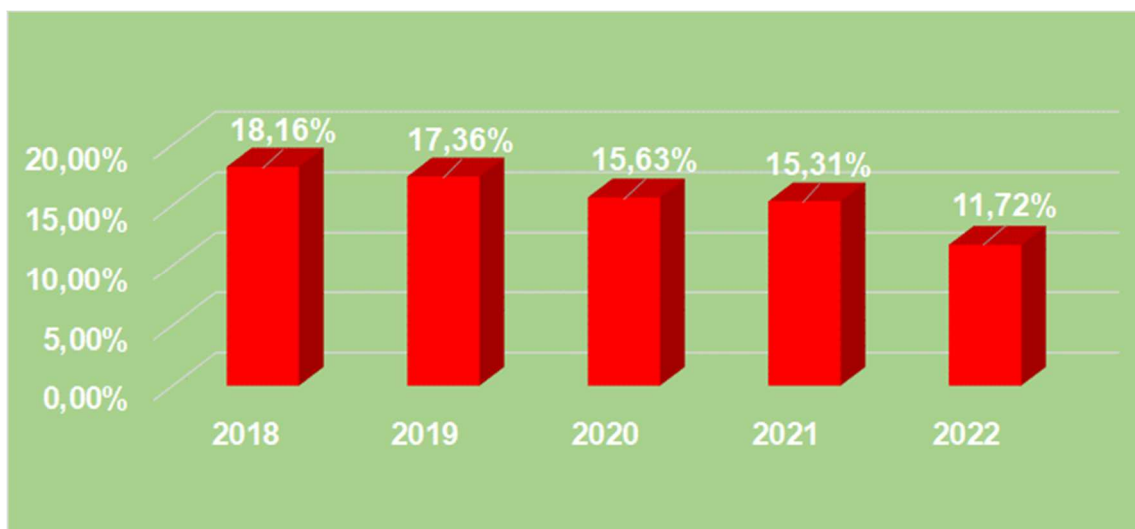
Classe	2022		2021		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Residencial	32,20%	17,506	30,78%	15,768	11,03%
Industrial	2,03%	1,104	2,50%	1,280	-13,74%
Comercial	18,88%	10,264	19,92%	10,205	0,58%
Rural	37,46%	20,364	38,80%	19,872	2,48%
Outros	9,43%	5,127	8,00%	4,095	25,21%
Total	100,00%	54,366	100,00%	51,219	6,14%

Balço Energético – Em GWh

Descrição	2022		2021		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
[+] Energia Elétrica Adquirida CELESC	98,55%	59,62	98,33%	58,41	2,07%
[+] Energia Elétrica Adquirida PROINFA	1,45%	0,88	1,67%	0,99	-11,11%
[=] Total de Energia Elétrica Adquirida	100,00%	60,50	100,00%	59,40	1,85%
[-] Energia Elétrica Distribuída	88,28%	53,41	84,69%	50,31	6,17%
[-] Perdas na Distribuição	11,72%	7,09	15,31%	9,09	-22,02%

No ano de 2022 as Perdas na Distribuição de Energia apresentaram uma redução de -22,02% pontos percentuais se comparadas ao mesmo período de 2021.

Perda na Distribuição de Energia dos Últimos 5 Anos



Receita

A receita decorrente do fornecimento de Energia Elétrica no Exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 30,4 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	2022		2021		Variação
	%	R\$	%	R\$	
Residencial	36,39%	11.090,11	36,11%	9.589,63	15,65%
Industrial	2,30%	700,24	2,83%	752,46	-6,94%
Comercial	16,59%	5.055,91	17,12%	4.546,36	11,21%
Rural	38,32%	11.677,36	38,30%	10.172,06	14,80%
Outros	6,41%	1.952,69	5,64%	1.499,23	30,25%
Total	100,00%	30.476,31	100,00%	26.559,73	14,75%



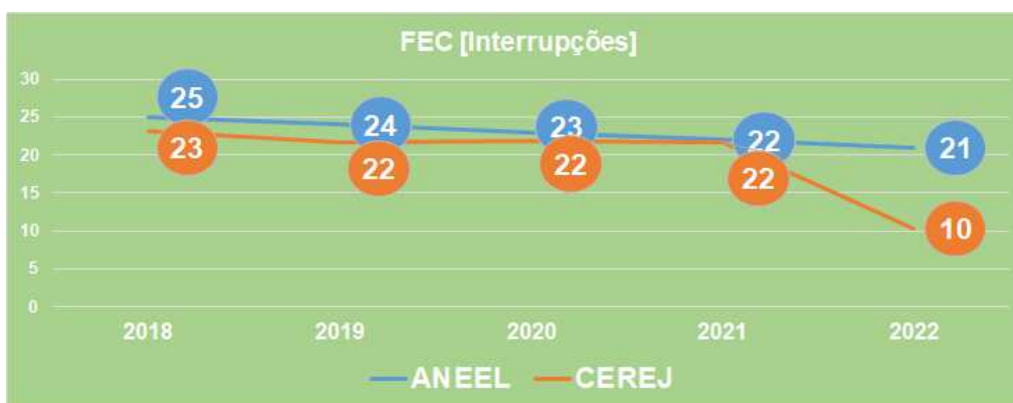
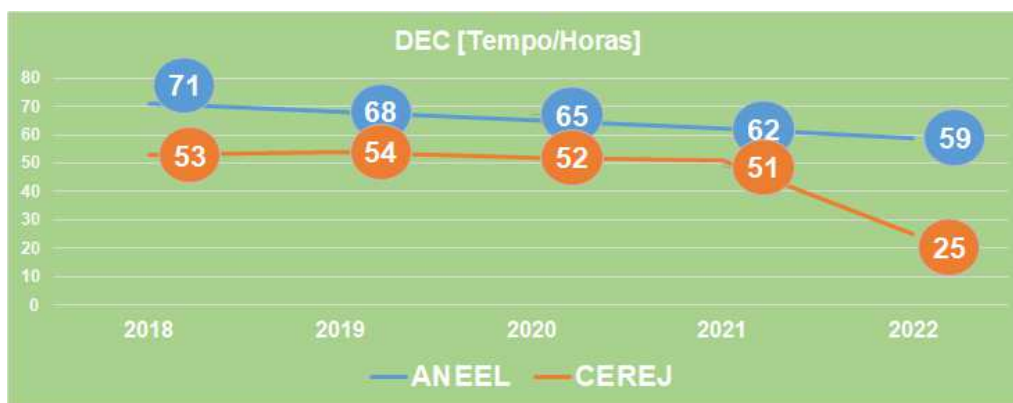
Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia Elétrica em 2022 atingiu o valor de R\$ 561,11, um aumento de 11,91% em relação ao ano de 2021.

Classe	2022	2021	Variação
Residencial	628,70	608,18	3,37%
Industrial	628,70	588,00	6,92%
Comercial	628,70	445,51	41,12%
Rural	553,26	511,88	8,08%
Outros	366,20	366,09	0,03%
Tarifa Média	561,11	503,93	11,91%

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores esta apresentada nos gráficos abaixo:



Atendimento ao Consumidor

A CEREJ não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

A administração da CEREJ se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CEREJ mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cerej.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

Desempenho Econômico-financeiro

Valores em R\$ mil

Evolução do Desempenho			
Resultado Líquido 2022	Resultado Líquido 2021	Variação	
R\$ 3.453	R\$ 5.528	-37,54%	
Receita Operacional Líquida 2022	Receita Operacional Líquida 2021	Variação	
R\$ 46.402	R\$ 39.096	18,69%	
Custos Gerenciáveis 2022	Custos Gerenciáveis 2021	Variação	
R\$ 23.224	R\$ 19.579	18,62%	
Patrimônio Líquido 2022	Patrimônio Líquido 2021	Variação	
R\$ 50.507	R\$ 47.295	6,79%	

Em 2022, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 6.249, menor -25,74% referente ao ano de 2021, redução provocada principalmente pela queda do resultado operacional, conforme demonstração abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2022	2021	Variação
Resultado Operacional	3.677	5.608	-34,43%
[+/-] Resultado Financeiro	334	762	-56,18%
[+] Depreciação e Amortização	2.238	2.045	9,46%
EBITDA	6.249	8.415	-25,74%

Investimentos

Em 2022, os investimentos da CEREJ foram de vital importância para a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e respostas rápidas as ocorrências nas redes elétricas e atingiram R\$ 8,437 (R\$/mil).

Captação de Recursos

Os investimentos de 2022 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valos Adicionado

Em 2022, o valor adicionado gerado como riqueza pela CEREJ foi de R\$ 25.714 (R\$/mil), representando 40,91% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor	Participação
Pessoal	8.644	33,62%
Governo	11.670	45,38%
Financiadores	787	3,06%
Associados	4.613	17,94%
Total	25.714	100,00%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 estavam representadas por 840 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 17.127 associados em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 eram 16.427 associados.

Relação com o Mercado

A CEREJ busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CEREJ é atuar de forma cooperativa no mercado de energia, serviços, segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CEREJ pretende ser referência entre as cooperativas do ramo, reconhecida pela qualidade dos serviços e desempenho alcançado.

A CEREJ busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade junto àquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida;

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a CEREJ vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2022 as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios da Cooperativa.

Recursos Humanos: Em 2022 a CEREJ investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus funcionários. Colaborou financeiramente no ensino superior através de recursos do SESCOOP. Proporcionou ainda para todos os seus colaboradores: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a CEREJ vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programadas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

CER EJ em Números

Atendimento	2022	2021	Variação
Número de Consumidores	15.207	15.030	3,28%
Número de Empregados	113	114	8,57%
Número de Consumidores por Funcionário	135	132	-5,04%
Número de Diretores	16	16	0,00%
Número de Municípios Atendidos	15	15	0,00%
Número de Postos de Atendimento	5	5	0,00%

Mercado	2022	2021	Variação
Área de Concessão [Km ²]	1.680,6	1.680,6	0,00%
Geração Própria [GWh]	-	-	0,00%
Tarifa Média Fornecimento [R\$ por MWh]	561,11	503,93	8,27%

Agradecimentos

Com resultados obtidos, a administração da CER EJ agradece a todos, principalmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da nossa existência, da nossa manutenção a frente dos negócios da cooperativa e que ajudam a fazer dela um motivo de orgulho para todos os municípios atendidos.

Agradecemos também as entidades de classe das quais a CER EJ participa: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever.

Agradecemos ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões importantes para a cooperativa e comunidade.

E finalmente agradecemos as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmoniosos e esclarecedores contatos.

Biguaçu/SC, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

1.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS 2022

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ

CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2022	2021
Ativo Circulante		14.325	14.810
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.515	3.554
Consumidores	4	5.798	6.973
Serviços em Curso		141	139
Tributos Compensáveis		1.070	988
Almoxarifado Operacional		311	302
Ativos Regulatórios	6	1.739	1.189
Despesas Pagas Antecipadamente		16	7
Outros Ativos Circulantes		1.735	1.658
Ativo Não Circulante		52.142	47.589
Depósitos Judiciais e Cauções		4	4
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		8	6
Imobilizado	5	52.130	47.578
Intangível		-	1
TOTAL DO ATIVO		66.467	62.399
PASSIVO	NE	2022	2021
Passivo Circulante		9.793	10.772
Fornecedores		2.530	3.227
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	102	43
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.072	1.460
Tributos		327	940
Encargos Setoriais		11	311
Passivos Regulatórios	6	1.593	1.648
Outros Passivos Circulantes		3.158	3.143
Passivo Não Circulante		6.167	4.332
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	151	87
Tributos		297	297
Provisão para Litígios	9	2.109	1.242
Obrigações Vinculadas à Concessão	10	3.610	2.706
TOTAL DO PASSIVO		15.960	15.104
Patrimônio Líquido	11	50.507	47.295
Capital Social		864	840
Reserva de Capital		4	4
Outros Resultados Abrangentes		1.960	2.625
Reserva de Sobras		43.788	38.963
Reserva de Lucros		948	948
Sobras à Disposição da Assembleia		2.943	3.915
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.467	62.399

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CER EJ
CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2022	2021
Receita Operacional	12	55.572	53.209
Fornecimento de Energia Elétrica		14.224	11.719
Ativos e Passivos Regulatórios	-	2.378	592
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		24.823	26.427
Serviços Cobráveis		6	6
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		18.013	13.715
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão do Serv. de Energia		884	750
(-) Deduções da Receita Operacional		9.170	14.113
(-) Tributos sobre a Receita		6.088	7.505
ICMS		5.987	7.375
PIS-PASEP		18	16
COFINS		83	114
(-) Encargos do Consumidor		3.082	6.608
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		2.973	2.741
Taxa de Fiscalização de Serv. de Energia Elétrica - TFSEE		109	98
Outros Encargos		-	3.769
(=) Receita Operacional Líquida		46.402	39.096
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		19.835	14.670
Energia Elétrica Comprada para Revenda		14.627	10.147
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		534	381
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		4.674	4.142
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		26.567	24.426
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		23.224	19.580
Pessoal e Administradores	14	10.936	9.691
Material		1.898	1.572
Serviços de Terceiros		4.079	3.632
Arrendamentos e Aluguéis		245	220
Seguros		61	39
Provisões		972	426
(-) Recuperação de Despesas	-	383	321
Tributos		104	67
Depreciação e Amortização		2.238	2.045
Outros Custos		2.157	2.001
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		917	1.060
(=) Resultado do Serviço		3.343	4.846
(+) Resultado Financeiro	-	334	762
Despesas Financeiras		787	645
Receitas Financeiras	-	1.121	1.407
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL		3.677	5.608
Contribuição Social		66	28
Imposto de Renda		158	53
(=) Resultado líquido do exercício		3.453	5.527

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ
CNPJ 82.574.864/0001-81
Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Lucros Reserva para Contingências	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
					Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria		
Saldo em 31/12/2020	819	4	3.443	948	4.082	1.873	30.557	221	41.947
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	21	-	-	-	-	-	-	-	21
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	-	200	200
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	20	20	-
Reversão de Reservas	-	-	818	-	-	316	1.155	2.289	-
Transferências	-	-	-	-	85	43	720	848	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.527	5.527
- Destinações Estatutárias	-	-	-	-	597	570	3.583	4.750	-
Saldo em 31/12/2021	840	4	2.625	948	4.594	2.084	32.285	3.915	47.295
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	24	-	-	-	-	-	-	-	24
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	-	265	265
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	3.650	3.650	-
Reversão de Reservas	-	-	665	-	-	623	1.393	2.681	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.453	3.453
- Destinações Estatutárias	-	-	-	-	371	591	2.229	3.191	-
Saldo em 31/12/2022	864	4	1.960	948	4.965	2.052	36.771	2.943	50.507

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ
CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	3.453	5.527
<u>Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:</u>	<u>4.751</u>	<u>2.617</u>
Depreciação e Amortização	2.412	2.181
Baixas do Imobilizado	1.472	1.334
Provisões no Exigível a Longo Prazo	867	898
Variações no Ativo	446	1.691
Consumidores	1.175	1.034
Serviços em Curso	2	28
Tributos Compensáveis	82	156
Depósitos Judiciais e Cauções	-	5
Almoxarifado Operacional	9	23
Ativos Regulatórios	550	633
Despesas Pagas Antecipadamente	9	1
Outros Realizáveis	77	177
Variações no Passivo	134	4.875
Fornecedores	697	2.502
Obrigações Sociais e Trabalhistas	612	21
Tributos	613	66
Encargos Setoriais	300	672
Passivos Regulatórios	55	805
Obrigações com Associados	-	377
Obrigações Vinculadas a Concessão	904	1.141
Outros Passivos	15	1.389
Total das Atividades Operacionais	8.516	11.328
Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	8.437	9.648
Aplicações no Intangível	-	-
Total das Atividades de Investimento	8.437	9.648
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	123	95
Aumentos de Capital	24	21
Distribuição de Sobras	265	200
Reversão de Reservas	-	-
Total das Atividades de Financiamento	118	84
Total dos Efeitos no Caixa	39	1.596
Saldo Inicial de Caixa	3.554	1.958
Saldo Final de Caixa	3.515	3.554
Varição no Caixa	39	1.596

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CEREJ é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa.

A outorgada está autorizada a requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da CEREJ. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis, para fins Regulatórios, especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação de algumas normas contábeis societárias distintas das normas regulatórias. Estas divergências estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas neste relatório, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de março de 2012. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2. Imobilizado em curso: o custo compreende o preço dos itens adquiridos acrescido dos demais custos necessários a sua entrada em operação. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros

incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, até o momento que antecede a entrada em funcionamento do ativo.

3.3. Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4. Obrigações especiais vinculadas à permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5. Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi realizada em 31 de março de 2012 e atualizada em 31 de março de 2013, com base em Laudo de Reavaliação, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

3.6. Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.7. Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses

investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas, havendo coincidência entre a estrutura e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

DESCR IÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2022	Total 2021
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia														
Residencial	998	-	316	20	16	179	(224)	238	-	-	-	(37)	1.506	1.643
Industrial	74	-	31	1	3	23	(24)	145	-	-	-	-	253	341
Comercial	384	-	175	1	3	35	(41)	44	-	-	-	(8)	593	814
Rural	1.213	-	257	19	30	77	(81)	277	-	-	-	(21)	1.771	2.008
Poderes Públicos	10	-	2	-	-	4	(5)	1	-	-	-	-	12	28
Iluminação Pública	295	-	23	22	39	992	(1.061)	10	-	-	-	-	320	447
Serviço Público	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5
Serviço Taxado	2	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	1	1
Fornecimento Não Faturado	1.250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.250	1.508
Outros	115	-	-	-	-	-	(26)	-	-	-	-	-	89	178
Total	4.344	-	804	63	91	1.310	(1.463)	715	-	-	-	(66)	5.798	6.973

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública, vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2022 não houve realização da provisão motivada pelo esgotamento das alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	60.965	-	-	2.788	7.181	65.358	4.393	- 18.704	46.654	42.900	- 3.497	521	- 2.976
Máquinas e equipamentos	59.277	-	-	2.636	6.196	62.837	3.560	- 17.682	45.155	42.068	- 3.497	521	- 2.976
Veículos	1.675	-	-	152	985	2.508	833	- 1.009	1.499	831	-	-	-
Móveis e utensílios	13	-	-	-	-	13	-	- 13	-	1	-	-	-
Administração	1.298	-	-	-	-	1.298	-	- 527	771	799	-	-	-
Terrenos	653	-	-	-	-	653	-	-	653	653	-	-	-
Máquinas e equipamentos	317	-	-	-	-	317	-	- 263	54	70	-	-	-
Móveis e utensílios	328	-	-	-	-	328	-	- 264	64	76	-	-	-
Subtotal	62.263	-	-	2.788	7.181	66.656	4.393	- 19.231	47.425	43.699	- 3.497	521	- 2.976
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	2.823	7.583	-	-	7.181	3.225	402	-	3.225	2.823	- 634	-	- 634
Máquinas e equipamentos	517	1.082	-	-	251	1.348	831	-	1.348	517	- 634	-	- 634
Outros	2.306	6.501	-	-	6.930	1.877	429	-	1.877	2.306	-	-	-
Administração	1.056	424	-	-	-	1.480	424	-	1.480	1.056	-	-	-
Outros	1.056	424	-	-	-	1.480	424	-	1.480	1.056	-	-	-
Subtotal	3.879	8.007	-	-	7.181	4.705	826	-	4.705	3.879	- 634	-	- 634
Total do Ativo Imobilizado	66.142	8.007	-	2.788	-	71.361	5.219	- 19.231	52.130	47.578	- 4.131	521	- 3.610

5.2. A composição dos saldos do ativo imobilizado é como segue:

	2022				2021	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço		66.656	- 19.231	47.425	43.699	
Distribuição		65.358	- 18.704	46.654	42.901	
Custo histórico	3,86	57.042	- 12.340	44.702	40.286	
Reavaliação	2,20	8.316	- 6.364	1.952	2.615	
Administração		1.298	- 527	771	798	
Custo histórico	0,24	1.101	- 338	763	787	
Reavaliação	0,69	197	- 189	8	11	
Em curso		4.705	-	4.705	3.879	
Distribuição		3.224	-	3.224	2.823	
Administração		1.481	-	1.481	1.056	

5.3. A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	43	-	-	-	-	43	-	- 43	-	1
Softwares	43	-	-	-	-	43	-	- 43	-	1
Subtotal	43	-	-	-	-	43	-	- 43	-	1
Total do Ativo Intangível	43	-	-	-	-	43	-	- 43	-	1

5.4. A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	59.277	7.312	- 3.752	-	8.311	62.837	3.560
Transformador de Distribuição	9.650	1.051	- 1.255	-	1.078	9.446	- 204
Medidor	2.440	266	- 141	-	56	2.565	125
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	30.737	5.018	- 364	-	2.299	35.391	4.654
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.220	977	- 1	-	105	8.196	976
Redes Alta Tensão (69 kV)	80	-	- 20	-	21	60	- 20
Demais Máquinas e Equipamentos	9.150	-	- 1.971	-	4.864	7.179	1.971
Obrigações Especiais do AIS Bruto	- 2.700	- 2.738	1.828	-	-	- 3.610	- 910
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	- 2.700	- 2.738	1.828	-	-	- 3.610	- 910

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	2.828	286	81	-	-	119	3.314
Outros	986	46	-	-	-	-	1.032
Total das Adições	3.814	332	81	-	-	119	4.346

5.6. Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 2009, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Transformador de Medida	4,35
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 14542/22	215
2 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 14550/22	215
3 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 02748/22	213
4 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 13540/22	165
5 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 09085/22	133
6 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 00896/22	95
7 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 07711/22	88
8 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 14240/22	69
9 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 01677/22	64
10 - Construção de Rede de Baixa Tensão - Processo nº 12306/22	62

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 13323/22	23
2 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 14225/22	20
3 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 08121/22	15
4 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 15551/22	14
5 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 00013/22	13
6 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 06980/22	13
7 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 09085/22	13
8 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 00016/22	13
9 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 05209/22	12
10 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 14236/22	12

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CER EJ não apurou valores decorrentes de variação de custos da “Parcela A”.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	362	361	- 723	-	-	-	-	362	362	-
Neutralidade da Parcela A										
Saldo em Constituição	805	1.163	-	-	688	1.280	-	805	805	-
Saldo em Amortização	22	-	251	-	688	459	22	-	22	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.189	1.524	- 974	-	-	1.739	22	1.167	1.189	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.648	850	- 905	-	-	1.593	735	913	1.648	-
Neutralidade da Parcela A										
Saldo em Constituição	913	238	-	-	905	246	-	913	913	-
Saldo em Amortização	735	612	905	-	905	1.347	735	-	735	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.648	850	- 905	-	-	1.593	735	913	1.648	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos das obrigações referem-se à modalidade de Financiamentos Bancários, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de aquisição de veículos. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Possui ainda obrigações na modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica com recursos provenientes do RGR, liquidado em 2022.

Saldos das obrigações:

	Taxa	Vigência	2022	2021
Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	102	37
Recursos Provenientes do RGR	5,00% a.a.	-	-	6
			102	43
Não Circulante				
SICREDI - CCB Veículos	0,93% a.m.	25/07/2025	151	87
			151	87

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CER EJ não apurou imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Tratam-se de ações nas quais a cooperativa figura como ré no âmbito cível, decorrentes das atividades operacionais, próprias de suas atividades.

O valor total da provisão para contingências, em 31 de dezembro, estava assim representado:

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021	-	1.242	-	-	-	-	1.242
Baixas/reversão	-	-	867	-	-	-	867
Saldos em 31/12/2022	-	1.242	867	-	-	-	2.109

9.1. Ações nas quais a cooperativa figura como ré na esfera Cível

Atualmente a cooperativa figura como ré no âmbito cível em 48 Ações de Ressarcimento, decorrentes de suas atividades operacionais, próprias da entidade. O valor global é de R\$ 1.467 mil e o montante da maior ação é de R\$ 400 mil. Segundo assessoria jurídica a chance de perda é provável para 46 ações cujos valores em litígio somavam R\$ 847 mil, montante devidamente provisionado. Os valores em litígios nas demais ações, cujas perdas foram classificadas como possível, somam R\$ 620 mil.

9.2. Litígio na esfera Fiscal Tributário – ICMS Sobre TUSD

Com o advento da Medida Provisória nº 255, de 29 de junho de 2022, adotada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, versando sobre a redução da alíquota do ICMS sobre energia elétrica, entre outros temas tributários e, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, houve entendimento claro sobre a não incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. Mesmo diante da clareza de entendimento, a Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC enviou consulta à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando esclarecimento específico sobre o tema, obtendo resposta considerada afirmativa sobre a não incidência do tributo sobre a TUSD.

Diante das normas e entendimentos acima a cooperativa passou a não tributar a TUSD sobre o faturamento, aplicando o procedimento para as competências correspondentes ao período de setembro a dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 um dos representantes dos auditores fiscais do Grupo Setorial Energia Elétrica – GESENE manifestou-se diretamente ao superintendente da FECOERUSC nos seguintes termos:

Por ora, a SEF/SC não irá implementar a não incidências sobre os serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais fixada pela LC 194/2022, pois aguarda negociações que estão sendo conduzidas no STF, bem como, o desenlace da ADI 7195 que será julgada no mesmo tribunal.

Ante a manifestação da autoridade de fiscalização a cooperativa alterou novamente o procedimento tributário, retornando à tributação da TUSD pela incidência do ICMS.

Para os valores do tributo cujo período de faturamento não foi cobrado, a cooperativa estimou o montante de R\$ 867 mil, contabilizando como possível perda com litígio fiscal tributário, embora espera negociar o perdão da dívida junto a autoridade tributária.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		3.358,00	-	-	3.358,00
Participação da União, Estados e Municípios	3,79	211,00	-	-	211,00
Participação Financeira do Consumidor	3,58	2.904,00	-	-	2.904,00
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,82	157,00	-	-	157,00
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,49	86,00	-	-	86,00
Outros		138,00	-	-	138,00
Outros	-	138,00	-	-	138,00
(-) Amortização Acumulada - AIS		467,00	-	-	467,00
Participação da União, Estados e Municípios	-	70,00	-	-	70,00
Participação Financeira do Consumidor	-	328,00	-	-	328,00
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	37,00	-	-	37,00
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	32,00	-	-	32,00
Outros		53,00	-	-	53,00
Outros	-	53,00	-	-	53,00
Total		2.976,00	-	-	2.976,00

10.1. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	2.675	821	-	-	138	3.358	683	-	3.358	2.675
Participação da União, Estados e Municípios	211	-	-	-	-	211	-	-	211	211
Participação Financeira do Consumidor	2.221	821	-	-	138	2.904	683	-	2.904	2.221
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	157	-	-	-	-	157	-	-	157	157
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	86	-	-	-	-	86	-	-	86	86
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138
(-) Amortização Acumulada - AIS	- 346	- 121	-	-	-	- 467	- 121	- 467	- 467	- 346
Participação da União, Estados e Municípios	- 62	- 8	-	-	-	- 70	- 8	- 70	- 70	- 62
Participação Financeira do Consumidor	- 224	- 104	-	-	-	- 328	- 104	- 328	- 328	- 224
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	- 31	- 6	-	-	-	- 37	- 6	- 37	- 37	- 31
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	- 29	- 3	-	-	-	- 32	- 3	- 32	- 32	- 29
Outros	- 48	- 5	-	-	-	- 53	- 5	- 53	- 53	- 48
Outros	- 48	- 5	-	-	-	- 53	- 5	- 53	- 53	- 48
Total	2.419	695	-	-	138	2.976	557	- 520	2.976	2.419

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Curso	110	209	-	-	19	300	190	-	300	110
Participação Financeira do Consumidor	110	209	-	-	19	300	190	-	300	110
Outros	177	-	-	-	157	334	157	-	334	177
Outros	177	-	-	-	157	334	157	-	334	177
Total	287	209	-	-	138	634	347	-	634	287

10.2. As dez principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1. EMERSON HINKEL Processo 05827/22	95
2. PREFEITURA M. DE BIGUACU Processo 00333/22	46
3. ALTO BRACO ENERGIA LTDA Processo 13775/22	33
4. MATTHIAS MICHAEL ROETTGER Processo 08028/22	25
5. LUCIANO FLAVIO ANDRIANIS Processo 00562/22	14
6. PREFEITURA M DE TIJUCAS Procoesso 05688/22	10
7. DANIEL BORTOWKI CARVALHO Processo 01377/22	8
8. JAICIARA GIACOMOSSI DO A SANTOS Processo 03229/22	8
9. PREFEITURA M DE CANELINHA Proceso 01407/22	8
10. PREF MUNICIPAL ANTONIO CARLOS Processo 08835/22	8

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social estava representado por 840 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 17.127 associados em 31 de dezembro de 2022, no ano de 2021 eram 16.427 associados.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.2.4. Reserva de Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2022	2021
Resultado do Exercício	3.453	5.527
Destinações		
RATES	591	570
Reserva Legal	371	597
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	2.229	3.583
Outras Destinações	-	-
Soma das Destinações	3.191	4.750
Realização de Reservas		
RATES	623	359
Reserva Legal	-	85
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.393	1.876
Outros Resultados Abrangentes	665	818
Soma das Realizações de Reservas	2.681	3.138
Sobras a Disposição da AGO	2.943	3.915

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	15.208	14.742	54,35	51,21	14.318	11.445
Residencial	8.913	8.358	17,51	15,77	5.101	3.937
Industrial	52	55	1,10	1,28	336	341
Comercial	378	386	10,26	10,20	2.492	2.156
Rural	5.750	5.829	20,36	19,87	5.452	4.281
Poder público	94	93	0,28	0,25	83	64
Iluminação pública	15	15	4,79	3,77	842	653
Serviço público	6	6	0,05	0,07	12	13
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	15.208	14.742	-	-	24.987	26.426
Consumidores Cativos	15.208	14.742	-	-	24.987	26.426
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(258)	275
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeir	-	-	-	-	(2.378)	592
Serviços Cobráveis e Outras Receitas	-	-	-	-	890	756
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	18.013	13.715
Total	15.208	14.742	54,35	51,21	55.572	53.209

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2022 e 2021, a CEREJ não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2022	2021
Pessoal	10.423	9.334
Remuneração	6.227	5.079
Encargos	2.567	2.354
Outros Benefícios - Corrente	1.255	1.369
Outros	374	532
Administradores	513	357
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	513	357
Total	10.936	9.691

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

16.1. Segmentos e Atividades de Negócios

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, de modo que a Demonstração do Resultado do Exercício representa em todos os aspectos o resultado de seus negócios.

16.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

16.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

16.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Biguaçu, São José, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, Palhoça, São de Pedro de Alcantara, Tijucas, Aguas Mornas e Antônio Calos, todos no Estado de Santa Catarina.

16.3. Principais Clientes - As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2022 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.873 mil, representando 4,47% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Resolução Normativa ANEEL nº 704, de 28 de março de 2016, estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Esta nova metodologia prevê alteração da cláusula décima quarta do contrato de permissão, por meio de um Novo Termo aditivo, o qual foi assinado pela CEREJ em 19 de agosto de 2016. A Resolução propôs também uma nova data para a revisão que passou a ser 30 de setembro de cada ano.

17.1. Reajuste Tarifário Anual

Em 30 de dezembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 28/2008 entre a União e a CEREJ por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

A Resolução Normativa 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar

com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A CER EJ optou por celebrar termo aditivo contratual e a adoção da metodologia do PRORET 8.4.

17.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almoxarifado de Operação e;
- III – Obrigações especiais.

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da BRR no 1CRTP-P, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração será obtida a partir dos ativos em operação, determinada regulatoriamente, a partir das referências de preços adotadas pela ANEEL;
- b) Considera-se como data-base do laudo de ativos o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do 1CRTP-P;
- c) A data anterior será utilizada para valoração dos ativos a partir do banco de preços referenciais da ANEEL;
- d) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de ativos e a data da revisão tarifária e;
- e) Em relação ao almoxarifado de operações, seu valor corresponderá ao percentual de 0,30% do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	67.610
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	4.131
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.664
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	61.815
(6) Depreciação Acumulada	19.231
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	311
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	3.610
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	45.080
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00
(18) Quota de Reintegração Regulatória	-
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.700

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima passaram a ser estimados.

17.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	45.080
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	11.270
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	11.270
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	22.540
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	572
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	1.692
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	4.343
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	6.607

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima passaram a ser estimados.

17.4. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 o valor da parcela B da tarifa da CER EJ passou a ser estabelecido com base em pleito formulado diretamente a ANEEL.

17.5. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada.

A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Processo tarifário	DRA (mil R\$)	DRP (mil R\$)	Variação	Participação no Processo Tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	3.592	5.287	47,17%	3,62%	10,25%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	106	118	11,08%	0,03%	0,23%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.009	4.445	47,71%	3,07%	8,62%
PROINFA	476	723	51,84%	0,53%	1,40%
ENERGIA COMPRADA	10.772	9.818	-8,85%	-2,04%	19,04%
Energia	10.772	9.818	-8,85%	-2,04%	19,04%
TRANSPORTE DE ENERGIA	6.111	7.251	18,66%	2,44%	14,06%
Uso do sistema de distribuição	6.111	7.251	18,66%	2,44%	14,06%
RECEITA ANUAL	46.817	51.581			
Total de Parcela A	20.475	22.356	9,19%	4,02%	43,34%
Total de Parcela B	26.342	29.225	10,94%	6,16%	56,66%
Variação econômica				10,18%	
COMPONENTES FINANCEIROS					
Repasso de PIS COFINS		611		1,31%	
Neutralidade Encargos Setoriais		- 47		-0,10%	
Compensação DIC FIC		- 439		-0,94%	
Subvenção CDE		- 18.758		-40,07%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		- 495		-1,06%	
Outros Financeiros		- 1.124		-2,40%	
Total Financeiros		- 20.250		43,25%	
Variação econômica e financeira				-33,07%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				44,73%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				11,66%	

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores referentes a parcela B da tabela acima passaram a ser estimados

17.6. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da CER EJ, constantes da Resolução Homologatória nº 2.940 de 28 de setembro de 2021, ficaram, em média, reajustadas em 11,66%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2023, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.123 de 27 de setembro de 2022.

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada

seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

ATIVO	Nota	2022			2021		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo Circulante		14.325	-	14.325	14.810	-	14.810
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.515	-	3.515	3.554	-	3.554
Consumidores	18.1	5.798	-	5.798	6.973	-	6.973
Serviços em Curso		141	-	141	139	-	139
Tributos Compensáveis		1.070	-	1.070	988	-	988
Almoxarifado Operacional		311	-	311	302	-	302
Ativos Regulatórios	18.2	1.739	-	1.739	1.189	-	1.189
Despesas Pagas Antecipadamente		16	-	16	7	-	7
Outros Ativos Circulantes		1.735	-	1.735	1.658	-	1.658
Ativo Não Circulante		48.981	3.161	52.142	43.917	3.672	47.589
Depósitos Judiciais e Cauções		4	-	4	4	-	4
Outros Ativos Não Circulantes	18.3	15.967	-	15.967	12.946	-	12.946
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		8	-	8	6	-	6
Imobilizado	18.4	-	52.130	52.130	-	47.578	47.578
Intangível	18.5	33.002	-	33.002	30.961	-	30.960
TOTAL DO ATIVO		63.306	3.161	66.467	58.727	3.672	62.399

PASSIVO	Nota	2022			2021		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Passivo Circulante		9.793	-	9.793	10.772	-	10.772
Fornecedores		2.530	-	2.530	3.227	-	3.227
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		102	-	102	43	-	43
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.072	-	2.072	1.460	-	1.460
Tributos		327	-	327	940	-	940
Encargos Setoriais		11	-	11	311	-	311
Passivos Regulatórios	18.2	1.593	-	1.593	1.648	-	1.648
Outros Passivos Circulantes		3.158	-	3.158	3.143	-	3.143
Passivo Não Circulante		3.368	2.799	6.167	2.182	2.150	4.332
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		151	-	151	87	-	87
Tributos		297	-	297	297	-	297
Provisão para Litígios		2.109	-	2.109	1.242	-	1.242
Tributos Diferidos		811	-	811	556	-	556
Obrigações com Associados		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão	18.6	-	3.610	3.610	-	2.706	2.706
TOTAL DO PASSIVO		13.161	2.799	15.960	12.954	2.150	15.104
Patrimônio Líquido	18.8	50.145	362	50.507	45.773	1.522	47.295
Capital Social		864	-	864	840	-	840
Reserva de Capital		4	-	4	4	-	4
Outros Resultados Abrangentes		-	1.960	1.960	-	2.625	2.625
Reservas de Lucros		2.521	-	1.574	2.027	-	1.079
Reserva de Sobras		43.813	-	24	39.738	-	775
Sobras à Disposição da Assembleia		2.943	-	2.943	3.164	751	3.915
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.306	3.161	66.467	58.727	3.672	62.399

	Nota	2022			2021		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita Operacional	18.7	63.407	- 7.835	55.572	60.926	- 7.717	53.209
Fornecimento de Energia Elétrica		14.224	-	14.224	11.720	-	11.720
Ativos e Passivos Regulatórios	-	2.378	-	2.378	592	-	592
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		24.823	-	24.823	26.426	-	26.426
Serviços Cobráveis		6	-	6	6	-	6
Doações, Contrib. Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		18.013	-	18.013	13.715	-	13.715
Receita de Construção		7.835	- 7.835	-	7.717	- 7.717	-
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão Serv. de Energia		884	-	884	750	-	750
(-) Deduções da Receita Operacional		9.170	-	9.170	14.113	-	14.113
(-) Tributos sobre a Receita		6.088	-	6.088	7.505	-	7.505
ICMS		5.987	-	5.987	7.375	-	7.375
PIS-PASEP		18	-	18	16	-	16
COFINS		83	-	83	114	-	114
(-) Encargos do Consumidor		3.082	-	3.082	6.608	-	6.608
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		2.973	-	2.973	2.741	-	2.741
Taxa de Fiscalização Serv. Energia Elétrica - TFSEE		109	-	109	98	-	98
Outros encargos		-	-	-	3.769	-	3.769
(=) Receita Operacional Líquida		54.237	- 7.835	46.402	46.813	- 7.717	39.096
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		19.835	-	19.835	14.670	-	14.670
Energia Elétrica Comprada para Revenda		14.627	-	14.627	10.147	-	10.147
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		534	-	534	381	-	381
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		4.674	-	4.674	4.142	-	4.142
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		34.402	- 7.835	26.567	32.143	- 7.717	24.426
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		30.394	- 7.170	23.224	26.580	- 7.000	19.580
Pessoal e Administradores		10.936	-	10.936	9.691	-	9.691
Material		1.898	-	1.898	1.572	-	1.572
Serviços de Terceiros		4.079	-	4.079	3.632	-	3.632
Arrendamentos e Aluguéis		245	-	245	220	-	220
Seguros		61	-	61	39	-	39
Provisões		972	-	972	426	-	426
(-) Recuperação de Despesas	-	383	-	383	321	-	321
Tributos		104	-	104	67	-	67
Depreciação e Amortização		2.047	191	2.238	1.846	199	2.045
Custo de Construção		7.835	- 7.835	-	7.717	- 7.717	-
Outros Custos		2.157	-	2.157	2.001	-	2.001
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		443	474	917	542	518	1.060
(=) Resultado do Serviço		4.008	- 665	3.343	5.563	- 717	4.846
(+) Resultado Financeiro		- 1.083	749	- 334	- 1.710	948	- 762
Despesas Financeiras		787	-	787	645	-	645
Receitas Financeiras	-	1.870	749	1.121	2.355	948	1.407
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		5.091	- 1.414	3.677	7.273	- 1.665	5.608
CSLL		133	- 67	66	113	- 85	28
IRPJ		345	- 187	158	290	- 237	53
(=) Resultado Líquido do Exercício		4.613	- 1.160	3.453	6.870	- 1.343	5.527

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos regulatórios

Não houve ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3. Outros ativos não circulantes - Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, mas que para fins de

contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado. Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 abaixo.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.5.2. Depreciação

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2º, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível.

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01).

18.7.2. Ativo intangível

Os efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01) referem-se ao registro do custo da parcela recuperável no prazo da permissão.

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICTG 01 e CTG 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A remuneração do ativo financeiro (resultado) refere-se ao ajuste a valor justo do custo mencionado na nota 18.7.3 acima.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os efeitos de imposto de renda e da contribuição social diferidos foram contabilizados tendo como base as alíquotas estimadas em 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Saldos no Início do Exercício	50.145	45.773
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	362	1.522
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ITG 01)	- 1.574	- 1.079
Reavaliação Regulatória Compulsória	1.960	2.625
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	- 24	- 24
Saldos no Fim do Exercício	50.507	47.295

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória referem-se ao efeito desta reavaliação no Patrimônio Líquido não reconhecido pelas normas da contabilidade adotadas no Brasil. A sua realização pela depreciação ou baixa reflete no resultado regulatório a disposição da assembleia geral.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro (prejuízo) Líquido Conforme Contabilidade Societária	4.613	6.870
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	- 1.160	- 1.343
Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória	191	199
Anulação Não Operacional	474	518
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão	749	948
Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis	254	322
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	3.453	5.527

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Anulação Não Operacional: refere-se aos efeitos das baixas de ativos imobilizados reavaliados compulsoriamente cuja mais valia não é reconhecida na contabilidade societária.

Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão: refere-se aos efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão, reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis: refere-se ao efeito tributário sobre as receitas decorrentes do ajuste a valor justo do ativo financeiro da concessão cuja tributação é estimada em 9% a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de 25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Biguaçu (SC), 31 de dezembro de 2022.

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

Renann Luiz Kreuzsch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Biguaçu – SC, 31 de dezembro de 2022.

Outorgada: Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ (Contrato nº 28/2008)

EDSON FLORES
DA
CUNHA:70743649
915

Assinado de forma digital
por EDSON FLORES DA
CUNHA:70743649915
Dados: 2023.04.19
21:56:48 -03'00'

RENANN LUIZ
KREUSCH:05435902916

Assinado de forma digital por RENANN
LUIZ KREUSCH:05435902916
Dados: 2023.04.20 08:13:11 -03'00'

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

Renann Luiz Kreusch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

EDSON FLORES DA
CUNHA:707436499
15

Assinado de forma digital por
EDSON FLORES DA
CUNHA:70743649915
Dados: 2023.04.19 21:56:21
-03'00'

Edson Flores da Cunha
Diretor Financeiro
CPF 707.436.499-15



2.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Srs. Associados e Administradores da

**COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**

Biquaçu – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, com data de 17 de março de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 14 de abril de 2023.

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012